

Apontamentos sobre a invenção da reportagem¹

Magali Moser²

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo o contexto histórico da invenção da reportagem. Prática característica da atividade jornalística, o gênero assumiu centralidade no exercício da profissão, produzindo autonomia e identidade narrativa ao ofício. No entanto, a função repórter não é intrínseca ao surgimento do jornalismo. Do ponto de vista histórico, a reportagem só pode ser pensada a partir, sobretudo, do século XIX. Inicialmente de pouco prestígio, o trabalho de repórter ganha visibilidade com a emergência dos correspondentes de guerra. Mas, logo passa a ser compreendido como a chamada “essência da profissão”. O artigo pretende discutir as raízes históricas da reportagem e da figura do/a repórter, além de pensar sobre a sua reconfiguração ao longo do tempo na prática profissional. A pesquisa utiliza como método e técnica a análise documental e revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: história do jornalismo, reportagem, repórter, identidade profissional.

INTRODUÇÃO

A reportagem assume centralidade no exercício jornalístico, constituiu-se como elemento fundamental na criação de uma identidade profissional própria da categoria. Alcançou o *status* de prática discursiva mais associada ao jornalismo (CHALABY, 1998), mas não é intrínseca ao surgimento da atividade. Do ponto de vista histórico, a reportagem - ou o trabalho desenvolvido pela personagem que viria a ser o/a repórter - só pode ser pensada, sobretudo, a partir do século XIX. Foi quase inexistente em 200 dos 400 anos da história da imprensa, quando jornalistas se caracterizavam mais como publicistas com viés de interpretação política (LAGE, 2017). A função de repórter tinha inicialmente pouco prestígio, sua aparição só ganha ênfase com a emergência dos correspondentes de guerra. No entanto, logo passa ser compreendida como o que alguns chamam de “essência da profissão” (TRAQUINA, 2013; BERGAMO, 2011; BAHIA, 2009).

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da UFSC. Bolsista FAPESC, e-mail: magali.moser@gmail.com.

Grã Bretanha e especialmente Estados Unidos são mencionados com frequência por pesquisadores da história do jornalismo (CHALABY, 1998; SCHUDSON, 2010) como responsáveis pela origem de atividades consideradas modelos referenciais da profissão. Para Chalaby (1998), o jornalismo é uma “invenção anglo-americana”. Não se pode negar, entretanto, as relações entre jornalismo, literatura e história, especialmente imbricadas nesta fase inicial. A primeira grande reportagem da literatura mundial foi *História*, de Heródoto, na análise do jornalista e escritor polonês Ryszard Kapuscinski (2006). Mas há dificuldades de se confirmar um marco zero da reportagem em nível mundial. No caso da história da própria imprensa, mesmo com as referências atribuídas à Alemanha de Johann Gutenberg, não há evidências de seu exclusivo protagonismo, consideradas as experiências anteriores no Oriente (BURKE, 2016).

Diante da impossibilidade de alcançar a história do jornalismo universal (PIZARROZO QUINTERO, 1996), o objetivo aqui não é estabelecer uma linha do tempo fixa para o fenômeno jornalístico conhecido como reportagem na trajetória da imprensa. Porém, reconhecendo a inviabilidade de estabelecer com precisão um ano determinado e local para o surgimento da reportagem³, o esforço neste artigo é no sentido de compreender o contexto e origem histórica da invenção desta prática jornalística e os fatores favoráveis à sua emergência. Propõe também uma reflexão sobre as mudanças pelas quais reportagem e repórter passaram na prática profissional ao longo do tempo. Este trabalho apresenta uma versão ainda inicial de uma discussão que pretendo aprofundar na tese em andamento sobre a metodologia da reportagem. As reflexões apresentadas aqui resultam de uma pesquisa exploratória com base na análise documental como método e ferramenta (MOREIRA, 2010).

1. A ERA DOS REPÓRTERES

O mundo ocidental moderno a partir do desenvolvimento da impressão (c. 1450) costuma ser o ponto de partida das pesquisas sobre a história do jornalismo. A despeito dos poucos trabalhos disponíveis sobre o tema fora deste alcance, há uma convergência de versões teóricas na associação do nascimento da reportagem à Guerra Civil Americana. “Gêneros jornalísticos que parecem hoje evidentes nasceram nos Estados

³ Isso também porque depende do critério de análise adotado, já que não há um modelo padronizado na definição de reportagem. Sodré e Ferrari (1986) apontam a “predominância da forma narrativa, a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade dos fatos narrados” como características definidoras do gênero.

Unidos dessa busca pela informação. O nascimento da reportagem é grandemente ligado à cobertura da Guerra da Secessão.” (NEVEU, 2006, p. 23). O episódio é citado como um dos primeiros conflitos da história a ser amplamente reportado pela imprensa do país, levando ao aumento da circulação dos periódicos e à produção de edições extras. Apenas o *New York Herald* registrou o envio de mais de 60 correspondentes na cobertura, o *New York Times* e o *Tribune* de pelo menos 20 correspondentes cada. (CHALABY, 2003).

Nos anos seguidos ao confronto, correspondentes americanos se disseminaram em diferentes frentes de batalha pelo globo. Desde então, repórter passou a ser responsável por tornar os fatos mais acessíveis ao público e difundir formas de interpretação da realidade. No texto clássico “A notícia como forma de conhecimento”, publicado em 1940, o sociólogo Robert Park (2008, p. 70) define a relevância desta invenção histórica: “[...] um dos mais importantes eventos na civilização americana é o surgimento do repórter”. No mesmo texto, o autor menciona em nota de rodapé Helen MacGill Hughes (1940), sua orientanda, com o estudo *News and Human Interest Story*. Embora ainda desconhecido no Brasil, possivelmente pela ausência de versão em português, o livro é considerado um marco dos estudos sobre reportagem no mundo (ROTTER; PONTES, 2016).

A figura de quem se dedica à reportagem, nos seus primórdios, está ligada a uma imagem masculina e solitária. “[...] o repórter foi uma invenção social dos anos de 1880 e de 1890. Os primeiros jornais haviam sido equipes de um homem só: um único indivíduo atuava como impressor, agente de publicidade, editor e repórter.” (SCHUDSON, 2010, p. 81). Os “correspondentes” eram geralmente viajantes.

Há raras menções sobre mulheres no exercício profissional da reportagem nesses tempos remotos. Como o conteúdo político dos jornais se direcionava mais aos homens, as mulheres pouco liam os periódicos. A primeira *imprensa feminina* especializada é a de moda, no século XVIII (PERROT, 2007). A partir da Revolução Francesa, a *imprensa feminista* reivindica os direitos das mulheres ao trabalho, à igualdade de salários, ao voto e denuncia a condição subalterna das mulheres. “Desde então o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, na França e na maioria os países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo.” (PERROT, 2007, p. 35). No século XIX,

durante a Guerra Civil norte-americana, as mulheres parecem não figurar entre correspondentes (QUEIROZ, 2013).

Após o conflito supracitado, a profissionalização do jornalismo ganhou reforço e neste ambiente desponta aquela que teria sido a primeira mulher assalariada a trabalhar com reportagem geral (*general reporting*) nos Estados Unidos. Emily Verdery Battey foi contratada como repórter pelo *New York Sun*, em 1868, sendo considerada a precursora no país (QUEIROZ, 2013). Junto com ela, outras mulheres conquistaram espaço⁴. No Brasil, Margarida Izar costuma aparecer entre nomes de destaque. Em 1937, ela foi a única mulher fundadora do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo entre 52 homens. É considerada “a primeira mulher repórter de São Paulo” (RIBEIRO, 1998). Este processo marca o início da conquista por espaços até então de domínio masculino.

Paralelo a este percurso, reportagem tornou-se símbolo da profissão e “repórter evoluiu para uma classificação própria no jornalismo” (BAHIA, 2009, p. 68). No século XIX, os *penny papers* iniciaram a contratação de repórteres para as notícias locais (SCHUDSON, 2010). Tornaram-se famosos junto ao público norte-americano devido ao seu baixo preço e levaram à expansão e à industrialização dos jornais. As empresas começaram a demandar profissionais qualificados, o que gerou o surgimento de várias novas funções jornalísticas. Jornalistas passaram a recorrer a novas técnicas de trabalho, como a descrição das testemunhas e dos cenários, o recurso a fontes múltiplas (TRAQUINA, 2012), o que representou um novo marco na história do jornalismo quanto a sua prática. “Repórteres, pela primeira vez, passavam a ser atores no drama do mundo dos jornais” (SCHUDSON, 2010, p. 80).

Embora tenha alcançado lugar de prestígio dentro da profissão, durante anos repórteres formaram a classe menos valorizada do campo jornalístico (CHALABY, 2003). “Foi somente nas décadas após a Guerra Civil que a reportagem se tornou uma atividade bem mais considerada e recompensada. O crescente apelo mercadológico de um diploma universitário em jornalismo era um indicador do novo *status* do repórter” (SCHUDSON, 2010, p. 85).

Também são atribuídos ao mesmo período e país – primeiros anos da década de 1860 nos Estados Unidos - a invenção e o desenvolvimento de outra prática estrutural da profissão, a entrevista, ambas mais tarde importadas pela imprensa francesa

⁴ Autoras e jornalistas como Annie Besant, Vera Brittain, Katherine Glasier, Edith Nesbitt. Maud Pember Reeves, Margareth Haig Thomas e Beatrice Webb se destacaram (CHAMBERS, 2008).

(CHALABY, 2003). Data ainda dessa época a mudança de estereótipos do perfil profissional. “Personagem usualmente caricaturado sob os traços do jornalista superficial de cidade pequena, negligente, alcóolatra, pouco culto, o jornalista americano adquire a partir de 1850 uma respeitabilidade que atesta a valorização do repórter”. (NEVEU, 2006, p. 23)

O nascimento da reportagem também costuma ser relacionado à demanda por informação em profundidade, com a revista semanal de informação geral e o jornalismo interpretativo (LIMA, 2004), cuja intenção é preencher os vazios informativos (BELTRÃO, 1976). Depois da invenção do telégrafo e eclosão da Primeira Guerra Mundial, com o fortalecimento das agências de notícias e o crescimento do volume de informações, o modelo adotado pela imprensa parecia não suprir as necessidades do público. A imprensa estava muito presa aos fatos, ao relato das ocorrências, “[...] mas era incapaz de costurar uma ligação entre eles [...] É a partir dessa deficiência que o público passa a esperar um tratamento informativo de maior qualidade” (LIMA, 2004, p. 19). A revista *Time* nasce com a finalidade de oferecer uma conexão entre os acontecimentos, de modo a permitir uma compreensão aprofundada da realidade.

O aparecimento da revista e a emergência do jornalismo interpretativo, no mesmo período, marcam o processo de consolidação do espaço da reportagem no jornalismo. Lançada nos Estados Unidos em 1932, a precursora *Time* foi copiada mundo afora. No embalo dessas mudanças, em 1929 surge a brasileira *O Cruzeiro*, dedicada às reportagens. No Brasil, a reportagem igualmente passa a ser considerada “paradigmática para a carreira” (TRAVANCAS, 2011, p. 44). É vista como “a modalidade do trabalho jornalístico preferida para simbolizar a identidade do jornalismo” (SOUZA, 2010, p.12) e quem a exerce, “a figura humana mais característica do jornalismo” (LAGE, 2017, p. 9). Na definição profissional de jornalista cabe uma lista de funções e atribuições, conforme o trabalho realizado. Mas “Ainda que nem todos os jornalistas se definam como repórteres, a atividade é considerada ‘formadora’ no exercício da profissão” (BERGAMO, 2011, p. 234).

Por isso, investigar o contexto de seu surgimento a partir do século XIX, quando o jornalismo passa a ser uma profissão de tempo integral (KUNCZIK, 2002), é também compreender o processo da constituição da própria identidade profissional e narrativa do jornalismo. Afinal, desde o surgimento da categoria repórter, começa a surgir a possibilidade de viver integralmente da profissão de jornalista.

2. O LUGAR DA REPORTAGEM

O perfil da imprensa em alguns países e as diferenças entre práticas levaram a dois modelos opostos de jornalismo: o anglo-americano e o francês (CHALABY, 1998). O modelo anglo-americano caracteriza-se pela centralidade nos fatos e busca por notícias no paradigma da objetividade, em que a informação se distancia do comentário. Está relacionado ao aprendizado das técnicas em cursos universitários. Enquanto o modelo francês apresenta forte inclinação literária, política e de opinião. Seus profissionais são vistos como escritores e o exercício profissional não requer competência específica. Na comparação entre os dois modelos, há a nítida diferença de percepção quanto à atividade de repórter. “[...] o modelo anglo-americano fez do jornalismo uma atividade pensável como uma profissão à parte, abrindo a seus praticantes perspectivas de carreira” (NEVEU, 2006, p. 23).

Os rituais característicos da prática profissional, como as idas à delegacia ou à prefeitura, para a coleta de informações, derivam de ações adotadas nos Estados Unidos (NEVEU, 2006). Na trajetória histórica do jornalismo, há quem ignore as formas mais antigas e considere o nascimento do ‘verdadeiro jornalismo’ somente a partir do século XIX, com os métodos anglo-americanos de reportagem (CHALABY, 1998; SCHUDSON, 2003). Mesmo não descartando a circulação de publicações anteriores, a perspectiva adotada neste trabalho dialoga com Chalaby (1998) ao entender o jornalismo como uma invenção do século XIX, como campo especializado e autônomo de produção discursiva e o início da profissão de repórter.

No olhar de Charron e Bonville (2016, p. 32), “os primeiros jornalistas são os gazeteiros do século XVII, pois são eles que produzem os primeiros jornais”. Para os pesquisadores, “São os redatores políticos os primeiros a serem reconhecidos como jornalistas profissionais, e só mais tarde se associará a palavra jornalistas aos ‘repórteres’” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 32). Com o objetivo de lançar as bases de uma teoria sobre as mutações paradigmáticas do jornalismo, os autores canadenses revisitam a trajetória da atividade a partir da concepção de uma prática discursiva cultural. Propõem a divisão da história universal do jornalismo em quatro períodos – o jornalismo de transmissão (século XVII, tendo o gazeteiro como figura central), o jornalismo de opinião (século XIX, com o redator como protagonista), o jornalismo de informação (1880/1910 e se generaliza a partir de 1920, com a figura do repórter), e o jornalismo de comunicação (a partir de 1970/1980).

De acordo com a proposição, repórter é um termo congruente no chamado “jornalismo de informação”. Na fase posterior, “jornalismo de comunicação”, quando “não se trata mais, como no jornalismo de informação, de ‘mostrar o mundo’ (mais precisamente de deixar o mundo mostrar a si próprio), mas de projetar um certo olhar sobre o mundo” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 57). A afirmação parece ganhar ainda mais força com o ambiente digital, onde jornalistas perderam a exclusividade de reportar e cada cidadão pode ser “um repórter em potencial”. Nesse sentido, há de se perguntar: qual é o lugar do/a repórter no contexto do “jornalismo de comunicação”? Qual o lugar da grande narrativa autoral (nomeada de forma diferente conforme as várias correntes que a estudam, citada ainda como grande reportagem, reportagem interpretativa, investigativa ou até “novo jornalismo”) neste cenário?

O aprofundamento, a contextualização e a liberdade textual maior que a notícia caracterizam a reportagem no campo jornalístico: “Gênero jornalístico privilegiado”, “lugar por excelência da narrativa jornalística” (SODRÉ; FERRARI, 1986). É também o espaço da pluralidade de vozes: “[...] embora também contemple os grandalhões, é por excelência o lugar dos humildes, dos anônimos, dos que só aparecem no jornal uma vez na vida” (FUSER, 1996, p. 16). Em entrevista a Edvaldo Pereira Lima (2004, pp. 23-24), Cremilda Medina considera que “A reportagem é a forma de maior aprofundamento possível da informação social e, por outro lado, é aquela que responde melhor às aspirações de uma democracia contemporânea [...]”. Apesar do potencial depositado no gênero, a crise que atingiu a imprensa nos últimos anos reduziu drasticamente o quadro de repórteres das redações e o espaço concedido ao formato.

O jornalista argentino Tomaz Eloy Martinez (2010) constata: “o jornalismo nasceu para contar histórias e parte desse impulso inicial, que era a sua razão de ser e seu fundamento, está se perdendo”. A constatação não é nova. Em 1974, o jornalista Alberto Dines, publicou a primeira edição de *O Papel do Jornal*, logo depois de sua demissão do Jornal do Brasil, após 12 anos de dedicação à empresa. Na obra, um clássico nas escolas de jornalismo, o autor já defendia um jornalismo mais analítico e menos superficial como alternativa à crise dos jornais. Na época, ele destacava a importância de se investir na reportagem, e por consequência na valorização da figura do/a repórter, inclusive como diferencial e forma de superação da crise. Na avaliação de Dines, que viu a ascensão e o declínio da reportagem no país, as práticas adotadas com o “jornalismo de gabinete” sufocaram o “jornalismo de campo”.

O depoimento pessoal, o jornalismo investigativo e o interpretativo podem ser ferramentas de nova atitude profissional. Da sua devida utilização, poderemos voltar ao jornalismo de campo, em oposição ao jornalismo de gabinete, que na última década, dominou nossas redações. Este jornalismo ativo representará fatalmente a revalorização do repórter. Isto significa um pouco mais do que creditar suas matérias. Quando tivermos todos os repórteres escrevendo a versão final dos seus textos (o copy sendo a última revisão e fiscalização), teremos então o jornalismo personalizado singular. O jornalismo de repórter conduzirá a uma reavaliação do conteúdo – e neste conteúdo compreende-se desde o estilo, organização da mensagem e avaliação de dados – em oposição ao jornalismo de massa de informação que domina nossos veículos ultimamente (DINES; 1986, pp. 94-95)

Embora tenha sido escrito nos anos 1980, quando a crise que atingia o jornalismo era causada pelo alto custo do papel para impressão, o desabafo de Dines segue atual na realidade da imprensa brasileira. Repórter a campo consagrou-se na autoria das narrativas da contemporaneidade. Tornou-se personalidade incumbida da mediação entre diferentes realidades sociais e proponente da dialogia que lhe é esperada. Por isso, apesar das transformações impostas ao jornalismo na contemporaneidade e escassez cada vez maior de repórteres das redações, a atividade de reportar segue como imprescindível. Na dinâmica das mudanças, elementos norteadores do exercício profissional como o rigor da apuração minuciosa, coleta exaustiva de informações e capacidades de observação e contextualização atravessam os tempos como fundamentais no trabalho jornalístico.

3. CONTEXTO BRASILEIRO

A reportagem ganhou impulso com as revistas semanais, a partir dos anos 1920 e, sobretudo, anos 1950, apesar das narrativas jornalísticas no Brasil revelarem uma importação de modelos, com uma defasagem histórica (MEDINA, 1988). Talvez, a presença da tradição da crônica no país possa ter influenciado numa forma particular e brasileira de exercer a reportagem. Lançada em 1966 e produzida por dez anos consecutivos, curiosamente durante o período da ditadura militar brasileira, a Revista *Realidade* pode ser o exemplo desta hipótese. Considerada um marco na história do jornalismo brasileiro, a publicação representa o auge, a expansão e fortalecimento do gênero, sobretudo na sua primeira fase, de 1966 a 1968 (FARO, 1999). No entanto, a reportagem parece ter perdido espaço nos veículos tradicionais para a corrida pelo furo e o culto à velocidade.

As reportagens não deixaram de existir, mas parecem ter migrado dos veículos tradicionais para outros formatos, como sites e livros, onde alcançam mais espaço e autonomia, ainda que muitas vezes voltadas a públicos específicos. Especialmente o formato livro-reportagem, já apontado como papel extensor do jornalismo impresso cotidiano, preenchendo vazios deixados pela cobertura diária (LIMA, 2004). Há quem questione inclusive se os livros de jornalistas não seriam uma virada autoral no jornalismo (BASTIAN, RINGOOT, 2015).

Desde Machado de Assis e Lima Barreto à flânerie de João do Rio. O método de ir a campo para observação direta e coleta de informações imprimiu um novo jeito de fazer jornalismo. Este modo atravessou os tempos e permanece como um modelo condensado no lema “lugar de repórter é na rua”⁵. Na imprensa brasileira, o nascimento da personagem repórter também surge a partir do século XIX e representou impacto na configuração profissional e as bases do jornalismo praticado no Brasil nos anos 1960. A pesquisadora Candice Vidal e Souza (2010) mapeou a trajetória do fenômeno no país em *Repórteres e Reportagens no jornalismo brasileiro*, sem deixar de relacioná-lo com o panorama internacional. “O novo tipo de profissional, que trabalha pela observação direta dos acontecimentos e pela coleta de informações no local dos fatos e depois retorna à redação para escrever o registro do que assistiu, marca uma nova era dos jornais” (SOUZA, 2010, p. 13)

Na literatura brasileira, repórter é citado como “aquele que ‘está presente’, servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre o leitor e o acontecimento” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 14). É na virada do século XIX para o XX no Brasil que a narrativa jornalística a partir da reportagem ensaia seus primeiros passos de independência da literatura (LIMA, 2004). Dois profissionais se destacam nesse sentido: Euclides da Cunha e João do Rio. Cunha foi enviado como correspondente pelo *Estado de S. Paulo*⁶ ao sertão baiano em agosto de 1897 para a cobertura da Guerra de Canudos cujo resultado se imortalizou com lançamento de sua obra-prima *Os Sertões*, em 1902. Enquanto João do Rio, entre outras coisas, deixou sua marca pela observação detalhada da realidade, pela coleta de informações por meio de entrevistas, abordagem em

⁵ Atribuído a Ricardo Kotscho, considerado um dos grandes repórteres brasileiros, vencedor de vários prêmios na categoria reportagens.

⁶ Mais oito periódicos – *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *República*, *Jornal do Comércio* e *O País*, todos do Rio, mais o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, de Salvador – enviaram correspondentes ao conflito. Mas o *Estado de S. Paulo* destacou-se pela proposta editorial diferenciada. (LIMA, 2004).

profundidade e pela precisa descrição de ambientes. A dupla cristaliza um momento histórico transformado em marco no jornalismo no país.

A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas de jornal; a necessidade de a cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, via telegrama, vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia. Internacionalmente formam-se as agências de notícias, o telégrafo encurta distâncias, o rádio dá informações “em cima da hora”; nas salas de redação, uma modificação fundamental: do escritor, figura principal de produção individualizada, chega-se à criação anônima pelo corpo de repórteres. (MEDINA, 1988, p. 53)

O Rio de Janeiro das transformações do início do século XX testemunhou o nascimento de uma nova categoria profissional, com o surgimento da figura repórter. João do Rio, ou Paulo Barreto, inaugura a função na imprensa brasileira, ao relatar suas experiências como descobridor da cidade. Neste contexto, “levanta a questão até hoje controvertida – onde termina o jornalismo e começa a literatura” (MEDINA, 1988, p. 54). João do Rio desenvolveu uma característica primária do jornalismo moderno, ao buscar informações na rua. “A observação da realidade, como característica essencial do repórter, foi realmente o ponto de partida de João do Rio ao produzir reportagens e renovar a crônica” (MEDINA, 1988, p. 60). Com a coleta de informações e o testemunho da realidade, João do Rio estreia um novo método de trabalho, que atravessa gerações e passa a ser símbolo do trabalho de repórter.

“Depois de João do Rio, parece existir um hiato na evolução da reportagem brasileira, que só vai ser retomada significativamente após a Segunda Guerra, chegando ao ápice da renovação no período 1966-68.” (LIMA, 2004, p. 220). Neste momento, a Revista *Realidade* ganha visibilidade. A publicação mensal cuja edição piloto data de novembro de 1965 foi a primeira experiência da Editora Abril em revistas de informação em geral. O número 1 do periódico passa a circular em abril de 1966 “com 251.250 exemplares, para surpresa da própria Abril, esgota-se em três dias” (LIMA, 2004, p. 223). Além da publicação, um episódio anterior costuma ser referenciado como um marco da história da reportagem no país.

O envio de repórteres ao local da Guerra de Canudos, no ano de 1897, no Brasil, pelos jornais *Diários de Notícias* (de Salvador), *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *A Notícia* e *Jornal do Comércio* (os três últimos do Rio de Janeiro) marca o início da prática de registrar observações a campo (SOUZA, 2010). Nesse sentido, a

experiência de Euclides da Cunha é emblemática. Com efeito, antes do surgimento da reportagem, já havia uma prática no país antes do conceito. O conteúdo dos jornais passou a tratar de acontecimentos diários da vida urbana, atraindo outros públicos para além dos que buscavam apenas a opinião e a atmosfera política. Por isso, o novo gênero permite a popularização dos jornais, como fenômeno de massa. Nos anos 1940 e 1950 há uma reafirmação da reportagem como gênero narrativo no jornalismo brasileiro, com a revista *O Cruzeiro* e o compromisso de “desvendar” o Brasil para os leitores. “Na percepção dos jornalistas, a reportagem estabelece a diferenciação do jornalismo como linguagem e estilo e pode ser invocada como um marco da autonomização do jornalista no campo as outras profissões intelectuais” (SOUZA, 2010, p. 26).

Esta diferenciação nas especificidades da atividade de repórter já levou a disputas internas. Na criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1908, o fundador da entidade, o catarinense Gustavo de Lacerda identifica o que José Marques de Melo (2004) chama de “luta de classes” no interior das redações cariocas, tendo repórteres como segmento subalterno.

Sua plataforma para a criação de uma entidade capaz de fortalecer e preservar os interesses dos profissionais da imprensa contempla particularmente as agruras enfrentadas pelos catadores de notícias nas ruas – os repórteres – contingente a que ele próprio pertencia (MARQUES DE MELO, 2004, p. 79).

Para combater a desigualdade contra repórteres, o jornalista catarinense criou a Casa do Jornalista, com a intenção de oferecer oportunidades de aperfeiçoamento e crescimento intelectual. “Ele pretendia solucionar o descompasso entre as duas equipes – a do gabinete e a das ruas – assegurando aos repórteres um lugar onde pudessem crescer educacionalmente” (MARQUES DE MELO, 2004, p. 80).

Pelas reivindicações e lutas profissionais, a institucionalização de uma identidade profissional de repórteres no Brasil também provoca dispositivos legais. É de 1938 a primeira lei de regulamentação da profissão de jornalista no Brasil, o decreto-lei nº 910. Embora não cite a palavra repórter, a função desempenhada pela atividade aparece descrita logo no início. De acordo com o Capítulo I Art. 1º § 1º: “Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informação até a redação de notícias e artigos e a organização e direção desse trabalho”. A medida definiu o/a jornalista, a empresa jornalística e duração normal do trabalho;

reconheceu a atividade como intelectual e determinou a criação das escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa, sem especificar, porém, se as escolas seriam de nível médio ou superior.

Em 1969, o decreto-lei nº 972 cita repórter entre as funções desempenhadas pelos profissionais. De acordo com a legislação, a função de repórter é caracterizada como “aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando-a para divulgação” (1969). Outras possibilidades de repórter, estabelecidas pela lei àquele momento estão definidas nas seguintes ocupações: repórter de setor, rádio repórter, repórter fotográfico e repórter cinematográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do percurso histórico do/a repórter no jornalismo é uma forma de compreender algumas das mudanças e transformações centrais pelas quais a atividade está submetida desde o século XIX. É possível concluir que este gênero jornalístico e o trabalho de repórter, inicialmente sem qualquer prestígio, assumiram importância central na prática profissional e fortaleceram a atividade. Ainda que não se saiba para onde caminha a reportagem, sua importância é ressaltada, sobretudo na abordagem das complexas realidades contemporâneas. Embora o jornalismo brasileiro tenha sido influenciado pelo modo de fazer norte-americano, a suspeita aqui, a ser explorada na pesquisa doutoral em andamento, é que há peculiaridades na forma de reportar no país. Parte dessa tendência pode ter resultado da tradição da crônica no Brasil, influenciando uma forma particular e brasileira de exercer a reportagem.

Não por acaso, há uma definição clássica que associa jornalismo à reportagem e jornalistas a repórteres. O gênero e a figura do/a repórter contribuíram para a formação da uma identidade característica da profissão. Desde a primeira definição oficial da atividade jornalística no país, com o decreto-lei do final dos anos 1930, o trabalho hoje conhecido como reportagem é lembrado como exercício intelectual (BERGAMO, 2011). Na análise da trajetória histórica da função repórter, é possível perceber que o papel de quem desempenha a atividade muda de forma expressiva.

As mudanças impostas à profissão e a relativa perda de protagonismo do/a repórter frente às possibilidades na produção e difusão de conteúdos digitais por novos atores impõem a necessidade de repensar os desafios profissionais do ato de reportar. Afinal, pelas suas potencialidades ligadas à apuração, questionamento, confronto de

versões, fiscalização dos poderes e possibilidades narrativas, a reportagem é uma das razões que justifica a própria existência do jornalismo.

REFERÊNCIAS

- BASTIM, Gilles; RINGOOT, Roselyne. Os livros de jornalistas: uma virada autoral no jornalismo? In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio; ARGHIRNI, Zélia Leal. **Mudanças e permanências no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BELTRÃO, LUIZ. **Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica**. Porto Alegre, Sulina, 1976.
- BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, Aug. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a01v17n2>> acesso em 02 de julho de 2018.
- BURKE, Peter. A impressão gráfica em seu contexto. In: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; tradução Maria Carmelita Pádua Dias. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- CHALABY, Jean K. O Jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media e Jornalismo**. 2003, pp. 29-50 - * Publicado no European Journal of Communication, Vol. II, n.º 3, 1996. Traduzido e republicado em M&J com a permissão do autor.
- _____. **The invention of journalism**. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1998.
- CHAMBERS, Deborah. A Globalização das Agendas de Mídia. A produção de jornalismo. In: BURGH, H. (Org.). **Jornalismo investigativo: contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008. p. 119-137.
- CHARRON Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
- DANTAS, Audálio (Org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac São Paulo, 1998.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- FARO, José Salvador. **Revista Realidade 1966-1968: Tempo de reportagem na imprensa brasileira**, Porto Alegre, Editora da Ulbra, AGE Editora, 1999.
- FUSER, Igor. **A arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996.

- KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas viagens com Heródoto**. Entre a história e o jornalismo. Tradução de Tomasz Barcinski. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1989.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. Tradução de Rafael Varela Jr. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 12 ed, 2017.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2004.
- MARQUES de MELO, José. Os primórdios do Ensino do Jornalismo. **Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia (EJM)**. Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, pp. 73-83
- MARTINEZ, Tomás Eloy. Em busca de um jornalismo para o século 21. Observatório da Imprensa. 2010. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/em-busca-de-um-jornalismo-para-o-seculo-21/> Acesso em 01 de julho de 2018.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo. Summus, 2 ed, 1988.
- MOREIRA, Sonia Virgínia Moreira. Análise documental como método e como técnica. In. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Palo: Atlas, 2010, pp. 269-279.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teori-as sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.51-70
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro. **História da imprensa**. Lisboa: Planeta, 1996.
- QUEIROZ, Natalia C. Cimó. **O auge de Nellie Bly**: uma jornalista estadunidense no final do século XIX. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, 2013.
- RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**. São Paulo: IMESP, 1998.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Belo Horizonte. Crisálida. 2007.

ROTTER, Nathasja Jaekel; PONTES, Felipe Simão. As notícias e as histórias de interesse humano: interfaces da reportagem com a literatura popular na obra de Helen M. Hughes. Intercom, 2016.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Candice Vidal e Souza. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TAVARES, Elaine. **Em busca da utopia:** os caminhos da reportagem no Brasil dos anos 50 aos anos 90. Florianópolis: Pobres e Nojentas, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3 ed. rev. 2012.

____. **Teorias do Jornalismo.** A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 2011.

Regulamento da profissão - <http://fenaj.org.br/legislacao-profissional/juridica/> Acesso em 1 de julho de 2018